



Mulheres na Cultura Digital: perspectivas e desafios¹

Graciela Natansohn²
Karla Schuch Brunet³
Mónica Dantas Paz⁴

Universidade Federal da Bahia, BA

RESUMO

Neste artigo realizamos uma reflexão sobre a situação das mulheres em relação à apropriação da cultura digital. Analisamos os impasses, contradições e desafios das mulheres e do movimento feminista frente às tecnologias da informação e comunicação, identificando um corpus teórico específico sobre o ciberfeminismo, e demonstrando a necessidade de uma política específica de inclusão das mulheres na cultura digital e na cidadania contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: cibercultura; feminismo; mulheres; brecha digital de gênero.

1. Introdução. A situação das mulheres na cultura digital

A desigualdade tecnológica na era da informação ocorre por diversos fatores históricos, econômicos e políticos, mas é sustentada pela exclusão de um conjunto da população ao acesso às tecnologias e ao próprio desenvolvimento. No bojo deste crescimento desigual, as questões sobre a inclusão digital, a cidadania e os direitos sociais têm sido uma bandeira de organizações governamentais e não governamentais. Neste cenário, as mulheres não partilham de igual a igual com os homens, no que se refere ao acesso à cultura digital. Um olhar leigo poderá perceber que a relação entre as mulheres e a internet não é muito diferente ao que acontece entre as mulheres e as mídias tradicionais: a imagem da mulher é super-explorada para a pornografia e a maioria das vezes, com viés muito mais explicitamente racista nas mídias digitais. Por

¹ Trabalho apresentado no DT 7 Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de junho de 2011.

² Doutora em Comunicação (Universidade Federal da Bahia/UFBA), professora adjunta na FACOM/UFBA, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). e-mail: graciela71@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação Audiovisual (Universitat Pompeu Fabra, Espanha), Professora Adjunta no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC/UFBA). E-mail: karla@karlabrunet.com

⁴ Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). e-mail: monicapazz@gmail.com



outra parte, os portais dirigidos á mulher repetem estereótipos sexistas tradicionais, que remetem a mulher ao lar, às compras, à beleza, à saúde e, sobretudo, ao consumo.

Estudos (VAYREDA et alii, 2002) mostram que a entrada das mulheres como usuárias da Internet no mundo foi um pouco mais demorada que a dos homens, mas atualmente os números parecem tender para o equilíbrio. Titulares do suplemento Tec (de tecnologia) da Folha de S.Paulo , de 16 de março de 2011 são ilustrativos da situação atual: “Falta mulher”; “Executivas são raras no mundo hi-tech”, “Mulheres criam pouco para Wikipédia”. Nós afirmávamos também: “No mundo da tecnologia há uma brecha digital de gênero, raça e classe” (DEMETRIO, 2011, p. F1-F8). Por outro lado, no mesmo suplemento lemos: “Sexo feminino se destaca nas redes”, “O uso delas está definindo uma parte da internet”, “Brasileiras encontram chances com crescimento de Internet” (op. cit). Estas indicações reconhecem a situação de insuficiência a respeito da inclusão das mulheres no mundo digital para mais do que consumidoras e usuárias de internet. Mesmo que o número de mulheres usando a internet tenha crescido sensivelmente, o número de mulheres decidindo e controlando a rede é bem menor. O número de mulheres como engenheiras da computação, editoras de conteúdo, empreendedoras de TICs ainda é muito pequeno.

Os ideais de horizontalidade, descentralização e democratização prometidos durante as primeiras experiências no ciberespaço e a digitalização da cultura, esqueceram que as relações de poder não são externas ao desenvolvimento tecnológico, que envolve a economia, mas também o gênero, a classe social, a raça, a geração, e produz complexas desigualdades na dinâmica do acesso e uso das TICs, entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos. Contudo, conscientes dos limites e das imensas potencialidades do trabalho na rede, de suas contradições e sua natureza mais política que técnica, as mulheres estão lançadas à disputa política na arena tecnológica, com maior ou menor grau de participação e de ingerência.

Neste sentido, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, do Conselho Econômico e Social da ONU, que seccionou em março de 2011, reconhece “o potencial da educação e a capacitação, assim como da ciência e a tecnologia, para contribuir ao empoderamiento econômico da mulher”, pontuando que

...la Comisión observa que la educación de calidad y el acceso y la participación plenos y en condiciones de igualdad en la ciencia y la tecnología para las mujeres de todas las edades son imprescindibles para lograr la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer, son además una necesidad



económica y dotan a la mujer de conocimientos, capacidades, aptitudes y recursos técnicos, además de los valores éticos y la comprensión necesarios para que pueda aprender, obtener empleo y mejorar su salud física y mental durante toda la vida, incluso en lo atinente a la prevención y el control de la mortalidad materna, el VIH y el SIDA y otras enfermedades transmisibles y no transmisibles, así como para poder participar plenamente en el desarrollo social, económico y político.

...la Comisión reconoce que la investigación y el desarrollo en ciencia y tecnología, y su divulgación, han respondido de manera insuficiente a las necesidades de la mujer. La Comisión recalca la necesidad de que haya una mayor cooperación entre los países, incluso mediante la cooperación internacional y la transferencia de tecnología con arreglo a condiciones mutuamente convenidas, especialmente hacia los países en desarrollo, para avanzar hacia la igualdad en el acceso de la mujer a la ciencia y la tecnología y aumentar su participación en la educación en ciencia y tecnología (UN WOMEN, 2011).

Em pleno século XXI a universalização do acesso e o direito à educação e capacitação, continua sendo um desafio a ser enfrentado por governos e organizações feministas pois há poucos e insuficientes programas⁵ que visem integrar às mulheres e meninas ao mundo digital (MELO, 2000). Existem projetos que, sem usar o rótulo “feminista”, focalizam na inclusão digital das mulheres. Wells enumera vários deles e observa :

Trabalhos que também contextualizam a luta das mulheres pela descobrimento da tecnologia é o de grupos como LinuxChix, que há cinco anos vem dando apoio à mulheres interessadas no desenvolvimento profissional nas áreas de TI, assim como Gnurias e o recente PSL-mulheres, todos visando superar o domínio histórico e soberano de homens na programação de softwares. Infelizmente, algumas dessas iniciativas, ao manter o foco no uso da tecnologia para o mercado de trabalho, gera muito pouca discussão sobre mulheres como usuárias de tecnologias, ou a cultura digital e suas importantíssimas conexões com os meios populares, que é sobretudo a realidade brasileira (WELLS, 2005).

Por isso, não podemos reduzir a reivindicação das mulheres à cultura digital a um problema apenas de acesso, pois assim, corre-se o risco de focar só a questão de mercado. Reivindicar a extensão em larga escala da banda larga é necessário na medida em que também grupos subordinados e excluídos (e não apenas agentes econômicos e o governo) possam participar na discussão dos modelos e das finalidades dos programas

⁵ Exemplo destas iniciativas são: a Rede Cyberela, estratégia do “[Projeto de Inclusão Digital de Mulheres Comunicadoras](http://www.cemina.org.br/)” do CEMINA (<http://www.cemina.org.br/>), rede de comunicadoras e lideranças comunitárias que, com apóio do Banco Mundial, receberam computadores, softwares especializados em edição e montagem de programas de rádio, e foram capacitadas para usá-los, com o objetivo de qualificá-las profissionalmente, incentiva-las a produzir conteúdo com a perspectiva de gênero e estimular a troca de informações com intuito de fortalecer as atuações nas respectivas comunidades. http://www.cemina.org.br/a_redecyberela.asp



de inclusão digital, isto é, da formulação, execução e avaliação de políticas de inclusão (AMADEU, 2011). Isto visa a inclusão em sentido pleno: não apenas como usuários e usuárias dos serviços de internet mas como agentes ativos no desenvolvimento de capacidades cognitivas autônomas, que permitam a exploração das características do ambiente: a inteligência e a organização coletiva, a capacidade de trabalhar em rede, a capacidade de criação e desenvolvimento em prol de interesses próprios.

Na última década, o número de mulheres que começaram a acessar a internet cresceu enormemente, fazendo com que o número de homens e mulheres online se igualasse. A questão é como estas mulheres estão usando a rede. É neste sentido que as primeiras ciberfeministas questionaram: a internet é somente um novo mercado para comprar, impor conceitos tradicionais de beleza e manter o sistema?

Podemos afirmar que as entidades governamentais e não governamentais que trabalham pela cultura e inclusão digital não têm tomado as questões de gênero como pivô das suas ações. Todavia, se no universo - masculino - do software livre e cultura digital não parece haver sensibilidade para as questões feministas, o campo do feminismo tampouco parece haver atentado suficientemente para as questões da cultura digital. E as poucas iniciativas de mulheres para a cultura digital parecem não se identificar com o movimento feminista tradicional.

Alonso (2007) denomina a brecha digital de gênero como “fratura tecnológica de gênero”, frase que pretende explicar as diferenças entre homens e mulheres no acesso, controle e uso das tecnologias da comunicação e a informação. Essa fratura se dá pela combinação de variáveis de gênero e também de classe e raça, tais como

- a) letramento, pois para acessar à rede tem que saber ler e escrever;
- b) capacitação em informática básica e domínio da língua inglesa;
- c) recursos econômicos para pagar o acesso
- d) conteúdos de utilidade e interesse para as mulheres
- e) inserção das mulheres nos âmbitos de desenvolvimento da ciência e a tecnologia.

A pobreza e o analfabetismo afetam mais as mulheres que aos homens. Logo, o acesso a um computador conectado e o desenvolvimento de conteúdos próprios se vê afetado pela pouca inserção feminina em postos de decisão técnica, no desenvolvimento



de tecnologias úteis para as mulheres e na produção de conteúdos com os quais as mulheres possam se identificar.

2. Da complexidade da categoria “mulher” nos estudos de gênero e TICs.

Algumas críticas aos estudos com perspectiva de gênero sobre o uso de internet, assinalam que não levam em conta a diversidade existente dentro do conceito “mulher” (Haraway, 1996, Adam, 2001), pois tratam as mulheres como se se tratasse de um coletivo homogêneo, com características, capacidades e papéis mais ou menos iguais. Sem dúvida, após o diagnóstico realizado acima, sobre a exclusão das mulheres do mundo digital, parece auto-evidente falar das mulheres em termos generalizadores, como um grupo único. De fato, a criação de um sujeito coletivo (mulher) se apresenta como um requisito político perante a permanência em larga escala, no tempo e no espaço, do sexismo e do patriarcado. Neste sentido, para uma praxe feminista que uma teoria e ação política, é preciso

“...conjuguar ambos tipos de acción, individual y colectiva , para poner fin a la doble reproducción del sistema patricarcal dentro y fuera de las personas, en el espacio público y en el privado, para romper a implacable dinámica de refuerzo mutuo que se dá entre las prácticas de la vida cotidiana y las macroestructuras económicas, políticas ideológicas. Requiere además la constitución de una identidad colectiva feminista, un nosotras capaz de articularse en función de los intereses específicos de las *mujeres que mujeres*, capaz de abstraír las profundas diferencias que por fuerza ha de tener un sujeto colectivo que afecta a la mitad de la humanidad” (AMORÓS, C.; DE MIGUEL, A., 2005, p.62)

Assumindo provisoriamente certo “essencialismo estratégico”, como diz Gayatri Spivak (apud Braidotti, 2000), falamos nesta pesquisa de ‘mulher’ não como categoria biológica nem sequer sociológica e sim como um ponto de encontro (e às vezes de desencontros) entre o simbólico, o físico e o sociológico. Braidotti nos diz que:

na teoria feminista nós falamos como mulheres tendo em conta que “mulheres” não faz referência a uma essência monolítica definida de uma vez e para sempre, mas que é o lugar de um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se superpõem tais como a classe, raça, idade, estilo de vida, preferência sexual e outras... uma fala como mulher com o propósito de dar maior força às mulheres, de ativar mudanças sócio-simbólicas: esta é uma posição radicalmente antiessencialista (Braidotti, 2000, p. 30).



Isto vem a tona na medida em que contestamos afirmações generalizadoras sobre as capacidades e características das mulheres, tal como: “pesquisas demonstram que mulheres e homens tem diferentes formas de apreender” (WOOD, 2005, p.51). Este tipo de afirmação, mesmo que bem intencionada, tem validade na medida em que é contextualizada através de prova empírica, em situações que falam a respeito de determinados grupos de mulheres e homens. Isto é, tem validade apenas para esse grupo estudado e não para toda a categoria mulher (e homem). Sem ignorar a persistência e permanência dos papéis sociais atribuídos às mulheres, afirmações generalizantes, além de evidenciar uma concepção essencialista e reducionista das complexas relações de gênero, limitam o horizonte das possibilidades de criação, invenção e desafio das mulheres aos limites impostos pelas regras sexistas.

3. Feminismos e Ciberfeminismos

No âmbito dos estudos feministas em comunicação, vem se desenvolvendo, desde a década de 80 e graças ao impulso dos estudos de recepção de mídias, um árduo trabalho de análise sobre as diversas implicações da representação das mulheres na mídia e do consumo feminino de meios, mas nota-se que os temas referidos a estratégias de informação e acesso à tecnologia têm ocupado menos lugar na agenda feminista. Alguns estudos feministas em comunicação começaram a enfocar precisamente este recente ambiente tecnológico, o uso das tecnologias de comunicação no lar, tal como Morley (1999), Silverstone (1996), Gray (1992) e a coletânea de Silverstone e Hirsch (1996). Tecnologias domésticas e reprodutivas foram o foco principal do feminismo tradicional (SANZ GONZALEZ, 2006). São os estudos de Comunicação Mediada por Computador (CMC) os que começaram a realizar estudos empíricos para compreender diferença em usos do ambiente digital, entre homens e mulheres (Braga, 2005; Herring, 1993; Hine, 2000; Turkle, 1997). Esses estudos tem por objeto compreender as interações online, estilos de interação, dinâmicas comunicativas e relacionais no ciberespaço e é conhecido como Ciberfeminismo.

Ciberfeminismo é a terminologia usada para designar a parte do movimento feminista que se compromete com questões como identidade e direitos da mulher dentro do âmbito do ciberespaço. O movimento conjectura sobre as mulheres e suas relações com computador, a Internet e, num spectrum mais amplo, as tecnologias de informação e comunicação (TICs).



O *Cyborg Manifesto*, de Donna Haraway, publicado em 1985, foi um dos primeiros manifestos sobre ciberfeminismo. Haraway (2002), falava sobre um corpo no ciberespaço, o *cyborg*, corpo livre de gênero, neutro em termos de raça, e preferência sexual e livre das dicotomias humano/máquina, humano/animal, homem/mulher. Seria um tipo híbrido que poderia escapar das definições moralmente justificadas de identidade e das dicotomias características da heteronormatividade (Butler, 2001). Marco teórico indispensável, o *Cyborg* de Haraway constituiu uma provocação e um convite a repensar conceitos e rotulações.

Outras referências indispensáveis para pensar o Ciberfeminismo são o trabalho de Sadie Plant e do grupo australiano VNS Matrix. Para Galloway (2004), a proposta de Plant de pensar a tecnologia como sendo essencialmente feminina, é um argumento de protesto contra o controle e dominação masculina do ciberespaço. VNS Matrix é um grupo de mulheres artistas (Josephine Starrs, Francesca da Rimini, Julianne Pierce e Virginia Barratt) que cujo trabalho interrogou o controle e dominação masculino nas tecnologias de comunicação e informação. Seu manifesto *Cyberfeminist Manifesto for the 21st century*, de 1991, publicado na internet, impresso em revistas e difundido na rádio e televisão, propagou o slogan “The clitoris is a direct line to the matrix” e funcionou como uma propaganda para o movimento, trazendo pessoas para a causa.

Em um artigo intitulado *Situating Cyberfeminisms*, Maria Fernandez e Faith Wilding (2002) separam o ciberfeminismo em “velho e novo ciberfeminismo”. O velho é considerado a primeira fase, o período tecno-utópico, quando as TICs e/ou o *cyborg* eram entendidos como a solução contra o controle e a dominação. O novo ciberfeminismo é considerado uma fase mais crítica, é também uma reprovação ao período (a)político anterior. Elas propuseram, juntamente com *subRosa*⁶, uma crítica séria à cultura e política da internet, além de desafiar as práticas na internet “através de textos, trabalhos artísticos e projetos contestadores” (FERNANDEZ e WILDING, 2002: 24).

A informação globalizada somada às possibilidades que oferecem os as TIC's permitindo uma difusão global com custos mínimos, junto à própria filosofia do funcionamento em rede, onde pode-se igualmente receber e produzir, propiciariam um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do movimento feminista. Considerando o crescimento de Internet e a potência que tem desenvolvido, é obvio que abre-se um

⁶ Veja site do grupo: <http://www.cyberfeminism.net/>



novo locus no movimento feminista, que tem reivindicado o poder das tecnologias de comunicação. Contudo, uma olhada nos numerosos congressos, seminários e encontros acadêmicos feministas revelam escassez de artigos dando conta da relação mulheres-internet, ou mulheres-tecnologias digitais e menos ainda, da relação entre as organizações de mulheres e algum aspecto da cultura digital. Quando estes estudos aparecem, trata-se, na sua maioria, de trabalhos de análise sobre representações sociais da mulher na mídia digital, trasladando-se os velhos problemas da “imagem da mulher” para o novo suporte, mas sem problematizar outras dimensões advindas deste fenômeno, tal como o acesso das mulheres ao letramento digital, à produção de software, à produção de conteúdos, à manipulação de hardwares, enfim, um olhar estratégico sobre a cultura digital contemporânea que coloque em xeque a tradicional divisão sexual e social de tarefas. Todavia, são poucas as pesquisadoras e ativistas feministas que se utilizam das TIC com mais intensidade, assim como a participação feminina é muito menor nas áreas consideradas “técnicas” como a informática.

Uma leitura possível sugere que, no campo do feminismo acadêmico, os impasses colocados pela chegada das mídias digitais, a Internet e as novas tecnologias não são objeto de interesse ou de problema para as mulheres, especialmente para as mais velhas. Todavia, considerando que as mulheres acadêmicas são as mais imersas nas tecnologias digitais, tanto em acesso quanto em letramento, pode-se supor que no movimento social de mulheres, fora da academia, o vazio a respeito desse debate seja ainda maior. De fato, ainda há certa tecnofobia em parte do movimento feminista, sem bem este quadro está sendo revertido.

Montserrat Boix (2002), coordenadora do site espanhol “Mujeres en Red” (<http://www.mujiresenred.net>) defende que é fundamental, para os movimentos feministas, se incorporar e participar da dinâmica das TIC’s, reivindicando o peso que a informação com perspectiva de gênero deve ter neste novo ambiente comunicacional. “Alguém pode acreditar que seja possível pensar na democratização dos novos mídias se neles se margina e estereotipa às mulheres como se faz sistematicamente nos meios de comunicação tradicionais?”, pergunta. O que as feministas reclamam é que não pode haver democratização da mídia e das tecnologias digitais sem a participação das mulheres, tanto no que se refere ao acesso aos meios e à tecnologia, quanto à produção de conteúdos midiáticos. Boix (2002) observa que os âmbitos onde as estratégias



feministas devem atuar, em face às tecnologias. Estas são: o desenvolvimento de conteúdos com viés feminista, sobre todos os frentes onde o feminismo trabalha, seja na produção de informação ou de opinião, para todos os meios de comunicação; o desenvolvimento de meios próprios, paginas web, weblogs e sites e na capacitação das mulheres no uso das TICs.

Entretanto, o movimento feminista deve enfrentar um outro desafio, o de incorporar as novas gerações de mulheres, que nasceram e cresceram na cultura digital, que se organizam em coletivos pela formação e inclusão digital mas que não se identificam como feministas. Sem dúvida há um viés geracional forte que deve ser problematizado e tido em conta por esta pesquisa. Nesse sentido, um olhar sobre o ciberfeminismo, suas características e desafios nos serve como plataforma teórica para compreender outras dimensões da relação entre mulheres e TICs.

No Brasil, evento como o /etc-br (<http://etc.interfaceg2g.org>) reúne grupos de mulheres interessadas em criar novos espaços para experimentar, entender, provar e perceber a tecnologia, tanto o hardware quando o software. A necessidade desse tipo de espaço surge quando vem a tona dados como:

Durante o último Fórum do Software Livre em Porto Alegre (abril de 2007), só houve uma apresentação do tema gênero, ao lado de 479 propostas técnicas e comunitárias de outros 27 países. Nenhuma brasileira! Fato que coloca em perspectiva o quão libertária é de fato a própria cultura do software livre, que só possui entre seus desenvolvedores apenas 1,5% de mulheres. A verdade é que a situação, não coincidentemente, é a mesma, em todos os campos onde circulam poderes formais, artificialmente. Poderes que se materializam em políticas de espacialização excludentes, lugares espinhosos... (WELLS, 2008)

Algumas das organizações feministas nacionais que têm importante presença na rede são: Articulação Mulher e Mídia (<http://www.mulheremidia.org.br>); Rede Mulher de Educação (<http://www.redemulher.org.br>); Sempreviva Organização Feminista (<http://www.sof.org.br>); Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (<http://www.redefem.ufrgs.br>); Instituto Patrícia Galvão (<http://www.patriciagalvao.org.br/instituto.htm>); Núcleo de Estudos de Gênero PAGU (<http://www.pagu.unicamp.br/>); Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Cefemea, (<http://www.cfemea.org.br>); Comunicação, educação e informação em gênero, Cemina (<http://www.cemina.org.br>); Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos



Reprodutivos (<http://www.redesaude.org.br>); Projeto Mulher e Democracia (<http://www.mulheredemocracia.org.br>); Geledés (<http://www.geledes.org.br>); Mulheres Negras (<http://www.mulheresnegras.org>); Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (<http://www.agende.org.br/>); SOS Corpo (<http://www.soscorpo.org.br>); Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (<http://www.themis.org.br>); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (<http://www.presidencia.gov.br/spmulheres>); Observatório da Mulher, <http://observatoriodamulher.org.br/site/>; Feminino Plural (<http://www.femininoplural.com.br/index.shtml>); Articulação de Mulheres Brasileiras (<http://www.articulacaodemulheres.org.br>); Mulheres do Intervezes, <http://www.intervezes.org.br/o-intervezes>.

Muitos destes sítios web fazem mais ou menos referências a questões de inclusão digital das mulheres e alguns poucos realizam ações políticas nesse sentido. Os centros mais atuantes em questões de meios e tecnologias são o Instituto Patrícia Galvão Comunicação e Mídia, a RedeMulher de Educação, Cemina, Geledés, Cfemea, e Intervezes, para citar os de maior destaque. Cabe destacar a presença crescente de blogs feministas, de pessoas que não estão vinculadas a organizações mas que realizam debates e oferecem recursos sobre tecnologias da comunicação.

REFERÊNCIAS

- ADAM, A. **Feminist AI Projects and Cyberfutures**. In: Wyer, Mary (Ed.). **Women, science, and technology: a reader in feminist science studies**. New York: Routledge, 2001.
- ALONSO, Ana Polo. La comunicación como arma de desarrollo? Una mirada desde el punto de vista de las mujeres. In: MARCESSE, Silvia Chocarro (Coord.) **Nosotras en el país de las comunicaciones**. Mirada de Mujeres. Barcelona: Icaria editorial/ACSUR-LAS SEGOVIAS, 2007. p.161-175.
- AMADEU, S. Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-hegemônica. In: http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/ Acesso: Maio 2011.
- AMOROS, Cecília, DE MIGUEL, Ana (Eds.) **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. De la Ilustración al segundo sexo**. Vol 1. Madrid, Minerva Ediciones, 2005.
- BOIX, Montserrat. Feminismos, comunicación y tecnologías de la información. In: **Mujeres en red**. 2002. Acessado em Abril 2011. Disponível em http://www.mujeresenred.net/m_boix-feminismo_y_comunicacion.html
- BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNirevista** - Vol. 1, n° 3 : julho 2006.



BRAIDOTTI, Rosi. **Sujetos Nómades**: Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BUTLER, Judith. **El género en disputa**: El feminismo y la subversión de la identidad. México: Paidós, 2001 [1990].

DEMETRIO, Amanda. Falta Mulher. Caderno Tec. **Folha de S.Paulo**, 16 de março de 2011.

FERNANDEZ, M. e WILDING, F. Situating Cyberfeminisms. In: Fernandez, Maria, Faith Wilding, *et al* (Ed.). **Domain errors! Cyberfeminist practices**. Brooklyn, New York: Autonomedia, 2002.

GALLOWAY, A. R. **Protocol: how control exists after decentralization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004.

GRAY, Anne. **Video Playtime**: The genedering of a leisure Technology. London/New York: Routledge, 1992.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para o cyborgs. In: Heloisa Buarque de Hollanda (ed). **Tendências e Impasses**: O Feminismo Como Crítica da Cultura. Editora Rocca. Rio de Janeiro, 1994, pp. 243-88.

HERRING, S.C. Gender and democracy in computer-mediated communication. **Electronic Journal of Communication**, vol.3, n.2, 1993.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

MELO, Jacira. A mulher e os meios de comunicação. Relatório. 2000. **Instituto Patrícia Galvão**. Acesso 01 abril 2011. Disponível em <http://www.patriciagalvao.org.br>

MORLEY, David. **Family Television**: cultural power and domestic leisure. Londres: Comedia/Routledge, 1999 [1986]

SANZ GONZALEZ, V. Las tecnologías de la información desde el punto de vista de género: posturas y propuestas desde el feminismo. **Isegoria** n. 34, 2006, p. 193-208.

SILVERSTONE, Roger; HIRSCH, Eric. **Los efectos de la nueva comunicación**: El consumo de la moderna tecnología en el hogar y la familia. Barcelona: Bosch, 1996.

TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã**: a identidade na era da internet. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

UN WOMEN. **Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher**. Conselho Econômico e Social da ONU, 2011. Disponível em

VAYREDA, Agnes; MIRALLES, Laia; BORRÀS CASTANYER, Laura. Mujeres e internet. Un viaje a través de la red. In: CASTANYER, L. (ed.) **Deseo, construcción y personaje**. Madrid: SGAE/Fundación Autor, 2002, p.103-114. Acceso en 09 abril 2011. Disponível em www.uoc.es/in3/hermeneia/CV/lborras_cv/laura_cv_archivos/pdf/enredarse.pdf

WELLS, Tatiana. O ciberfeminismo nunca chegou à América Latina. **Labrys**, estudos feministas / études féministes. janeiro / julho 2005. Acessado em Abril 2011. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/cyber/tatiana.htm>

WOOD, Peregrine. Género y tecnologías de la información y la comunicación: en busca de un marco analítico. In: RAMILO, Chat, CINCO, Cheekay. **Metodología de Evaluación con perspectiva de género**. México: APCWomen, 2005, p. 43-56.